

# **AÇÃO DECLARATÓRIA: UM CASO CONCRETO. BREVES COMENTÁRIOS**

---

**GASTÃO DE MOURA MAIA FILHO**

*Juiz e professor de direito aposentado.  
Professor Emérito da Faculdade de Direito de Bauru*

## **BREVES COMENTÁRIOS**

*“Se falta a liberdade de pensamento, todas as outras liberdades estão sacrificadas, desde os fundamentos.”*

*(Pontes de Miranda)*

Colaborador não remunerado de jornais e revistas teve um artigo de sua autoria devolvido pela empresa jornalística com a explicação de que só o fizera por estar sendo ameaçada pelo Sindicato dos Jornalistas de sanções penais e administrativas, por entender a entidade sindical que a colaboração não remunerada constituiria exercício ilegal da profissão, conforme ofício que a empresa juntou à devolução, aduzindo que, desfeita a causa do obstáculo, não teria dúvida de acolher a colaboração, cujo texto, segundo se afirmou, *seria de grande valia para os leitores*.

Em face disso, foi proposta, contra o Presidente do Sindicato, ação declaratória em que, alegando-se a titularidade de uma relação jurídica de direito da personalidade – a de livre manifestação do pensamento – a qual, como direito absoluto,

impõe a todos o dever de se abster de, por qualquer modo, negá-la, perturbá-la ou colocá-la em situação de incerteza, o colaborador finalizava, *in verbis*:

*Conclui-se, por todo o exposto, que o Réu, ao negar ao A., colaborador não remunerado, seu direito de liberdade de expressar seu pensamento através da imprensa, desconheceu a relação jurídica de que ele deriva, envolvendo-a em dúvidas e incertezas, como se ela não existisse e dela não se irradiasse o direito, turbado pela ação negatória do Réu (doc. nº 2), dando ensejo a que se declare existente o que indevidamente foi negado.*

*Isto posto e para pôr fim à incerteza jurídica a que aquela atitude do Réu expôs a relação jurídica de que, no pólo ativo, o A., como colaborador não remunerado, é titular incondicionado e a que o Réu, descumprindo seu dever de abstenção (não importando se primário ou se decorrente do dever geral de respeito) a ele se opôs, pede-se a Vossa Excelência que, por Sentença, declare a existência da relação jurídica que, existente, confere ao A., o direito de livremente expressar seu pensamento através de qualquer meio, processo ou veículo em que seja aceito, e ao Réu, o dever de se abster de embarçar o exercício daquele direito, condenando-se este às conseqüências da sucumbência.*

O Juiz da 1ª instância julgou o processo extinto nos termos do art. 267, VI do Cód. Proc. Civil, esclarecendo, em embargos de declaração, que o fora por ilegitimidade ativa, a qual caberia à empresa jornalística, e por ausente o interesse processual.

De tal sentença, apelou o A., reafirmando suas alegações iniciais e, relativamente à apontada ilegitimidade ativa e à carência do interesse de agir, disse, em síntese, que, como titular do direito absoluto da livre manifestação do pensamento e, pois, no pólo ativo da relação jurídica posta em juízo, era legitimado para a ação declaratória, cujo objeto era a confirmação da existência da aludida relação, advindo o interesse de agir da conduta do réu que, negando, sob ameaça, ao colaborador não remunerado aquele direito da personalidade, colocara-o em estado

de incerteza e de dúvida, o qual só a sentença poderia desfazer e em que a pretendida recusa do jornal apenas dava objetividade à incerteza, ressaltava o interesse de agir do A., e demonstrava o dano a ele acarretado, aduzindo, ainda, que, além disso, existia o evidente interesse em que a declaração pudesse ser apresentada às autoridades; ao jornal e para orientar sua própria conduta, conforme as preleções de Pontes de Miranda e Leo Rosenberg.

Dando-se pela carência do interesse processual, foi negado provimento à Apelação pelo Acórdão a seguir transcrito:

Ap. Cível 192.886-1 Voto – 1.549

*Cuida-se de apelação contra a r. sentença às fls. 14/16, objeto de embargos de declaração recebidos a fls. 20, que extinguiu, com fundamento no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, ação declaratória de rito sumaríssimo ajuizada pelo apelante, colaborador eventual de periódico, contra presidente de sindicato de jornalistas, visando a que fosse declarado seu direito de liberdade de manifestação de pensamento e o dever do réu abster-se de embaraçar seu exercício.*

*Alega o apelante que não se pode negar a existência de relação jurídica entre ele e o apelado e seu interesse de agir. Partiu do réu o comportamento gerador da dúvida que atingiu a esfera jurídica do autor. O apelado infringiu dever de abstenção que a todos é imposto, o que o torna legitimado à propositura. Irrelevante a existência ou inexistência de dúvida subjetiva do apelante. O que é necessário é a existência de incerteza objetiva, que deve ser removida judicialmente. A relação jurídica cuja existência se quer ver declarada é de direito absoluto, direito da personalidade, oponível portanto ao réu. Pediu a reforma, para o prosseguimento.*

*O réu foi citado e não apresentou contra-razões. Preparado o apelo, subiram os autos.*

*É o relatório.*

*Pese embora a engenhosa argumentação do apelante, foi bem decretada a extinção do feito. Não se nega que a liberdade de expressão de pensamento é direito da personalidade e merecedor de tutela que se alça ao plano constitucional.*

*Mas é preciso estabelecer com precisão os contornos da questão. Em primeiro lugar, ninguém está impedindo o apelante de externar seus pensamentos. O que houve, pelo que consta dos autos, foi a recusa de publicação em determinado periódico, ou seja, recusa de difusão, o que é algo bem diferente. Tal recusa pode até ter sido motivada pelo conteúdo do documento copiado às fls. 8/9, o que se admite por epitrope. Mas, mesmo assim, daí não nasce relação jurídica entre autor e réu, cujos limites e características precisem ser objeto de declaração judicial. Autor e réu não têm relação de cunho contratual. Se o apelante está imputando ao apelado atitude que, em seu entender, constitui violação a um direito de sua personalidade, está, em realidade, atribuindo à parte contrária a prática de um ilícito, ainda que de caráter extrapatrimonial. E o ilícito não constitui relação jurídica declarável. Há, aliás, duas alternativas à disposição do apelante. A primeira consistiria na imposição de dever de abstenção, quiçá sob preceito cominatório, para que cessasse a invasão de sua esfera jurídica. E a segunda consistiria na propositura de ação de reparação do dano sofrido. Mas, no âmbito meramente declaratório, não há efetivamente interesse na propositura. É que tal interesse só existirá quando a declaração judicial constitui o meio necessário para evitar-se o dano.*

*Além disso, se o direito da personalidade do apelante é oponível erga omnes, não se concebe o motivo de a ação não ter sido ajuizada contra a empresa que se negou a publicar o artigo, ou contra seus responsáveis. A resposta é simples. É que os periódicos têm o direito de publicar aquilo que atende às conveniências de sua linha editorial ou ideológica, pautando aquilo que reputarem de interesse de seus leitores. Não estão obrigados a publicar colaborações de quem quer*

*que seja. E nem por causa disso cogitar-se-á de proclamar que as empresas jornalísticas estarão, nessa hipótese, cerceando a liberdade de expressão de terceiros. Entendimento contrário conduziria ao absurdo de admitir-se que terceiros pudessem deliberar a respeito do que devesse ser publicado por determinada empresa jornalística e que esta fosse obrigada a atendê-los.*

*Em realidade, a recusa partiu da empresa jornalística, no exercício regular de um direito seu, e nem precisaria ser motivada. Se há ou não ingerência do réu ou de outrem nos fundamentos dessa recusa, isso não o torna passivamente legitimado à propositura de ação meramente declaratória. Não há específica relação jurídica que justifique a propositura. E, de resto, imposição de dever de abstenção sem a correlata sanção para o descumprimento tornaria a discussão meramente acadêmica, sem proveito nem mesmo para o apelante, daí mais avultando a falta de interesse processual a justificar a propositura, que não traria resultado útil. Mesmo procedente a ação, bastaria à empresa jornalística invocar outro motivo para recusar-se a publicação, ou mesmo que o próprio réu reiterasse a ela seu ponto de vista e que tal reiteração fosse acolhida.*

*Pelo exposto, nega-se provimento à apelação.*

Campos Mello

Relator

## COMENTÁRIO PREFACIAL

Diga-se, inicialmente, que o ilustre juiz *a quo*, ao extinguir o processo, entendeu ser o A., parte ilegítima e faltar-lhe o interesse processual. Cometeu, sem dúvida, um erro técnico ou, no mínimo, uma demasia, ao negar a legitimidade do A., e ao mesmo tempo, o interesse de agir. A ausência das duas condições da ação, se não se repelem, *ils rought de se trouveur ensemble*. Com efeito, *la*

*question del interesse em obrar pued plantearse solament frente a quiém ya posee la legitimación* (cf. Carnelutti, *Instituciones del Proceso Civil*, v. I, p. 516, Jurídica Europa-América, Buenos Ayres, trad. da 5ª ed. italiana). A ausência de legitimidade *ad causam* implica, logicamente, em não se cogitar sequer da ausência do interesse processual.

Sobre tal aspecto, o Acórdão corrigiu a sentença ao julgar, embora com motivação ambígua e nem sempre adequada à matéria impugnada (ausência de interesse e da legitimidade ativa), invadindo o mérito, ausente apenas o interesse de agir.

Para chegar a essa conclusão, o acórdão teve, na ordem em que foram produzidos, os argumentos abaixo, os quais serão objeto dos respectivos comentários:

## ***1º ARGUMENTO***

Sem negar que a liberdade de expressão do pensamento seja direito da personalidade, diz o Acórdão que: *ninguém está impedindo o apelante de externar seu pensamento*. O que houve foi *recusa de difusão, o que é algo bem diferente*, daí não nascendo *relação jurídica entre autor e réu, cujos limites e características precisem ser objeto de declaração judicial. Autor e réu não têm relação de cunho contratual*.

## ***COMENTÁRIO***

A questão posta na ação declaratória foi a de que o réu, ao negar ao colaborador não remunerado, o direito de manifestar seu pensamento através da imprensa, com ameaças penais e administrativas, colocara em situação de incerteza a relação jurídica do direito absoluto da livre manifestação do pensamento e a de que, como turbador, o réu era seu sujeito passivo, determinado pelo próprio fato da turbação.

O desmembramento realizado pelo Acórdão, separando a *difusão* da *manifestação*, nada mais fez do que desconhecer a compreensão e a extensão daquele direito da personalidade.

Realmente, tal desmembramento reduz o direito fundamental e *erga omnes* da livre manifestação do pensamento a um falar para si mesmo ou, no máximo, a um cochichar para os íntimos; contraria a versão de todos os dicionários brasileiros (cf. Caldas Aulete, *Novo Dicionário Aurélio*, *Novo Dicionário Melhoramentos*, os verbetes *manifestação* e *difusão* e toda a tradição constitucional do Brasil, em que a manifestação do pensamento, com algumas restrições próprias de cada momento político, sempre significou a comunicação pública das idéias, opiniões e sentimentos através de quaisquer meios (cf. Constituição de 1824, art. 170, § 4º; idem, de 1891, art. 119, 9; idem, de 1937, art. 10, 15; idem, de 1946, art. 141, § 5º; idem, de 1967, art. 150, § 8º; idem, ibidem, com a Emenda nº 1, art. 157, § 8º; idem, de 1988, art. 5º, IV).

Assim tem entendido, sem discrepâncias, a totalidade dos nossos constitucionalistas, entre os quais, Sampaio Dória (cf. *Direito Constitucional*, v. I, tomo II, p. 723, nº 2, ed. 1962), Themistocles Cavalcante (cf. *A Constituição Federal Comentada*, v. III, p. 86, ed. 1952; Pontes de Miranda (cf. *Comentários à Constituição de 1946*, v. IV, pp. 153-154; *Comentários à Constituição de 1967*, com a Emenda nº 1, V, pp. 158-159, ed. 1970); José Afonso da Silva (cf. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, pp. 216-217, ed. 1988).

Compendiando tais considerações, a Lei Federal nº 5.250, de 2-2-67, que regulou a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, não inova, não constitui, apenas declara (torna claro), em seu art. 1º: *É livre a manifestação do pensamento e o processo, o recebimento e a difusão de informações ou idéias por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.*

No plano internacional, não é diferente. A difusão, a divulgação ou a publicação são meios, entre outros, da manifestação do pensamento, a qual, sem eles, não existiria como

tal (cf. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, 1948, art. XIX; *Convenção Européia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*, Roma, 1950, art. 10; *Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos*, 1966, art. 19, 2; *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, 1969, art. 13, nº I).

A única voz discordante fora a dos que, em certos países asiáticos e europeus, não têm o direito de liberdade ou este é restringido ao máximo, é, até onde foi possível pesquisar, a do Acórdão, ora comentado. Uma exceção, sem paradigma na própria jurisprudência, mesmo nos períodos mais despóticos da vida constitucional brasileira. Isolar a *difusão* do pensamento da *manifestação* dele, subentendendo que a turbacão da *difusão* não constitui turbacão da manifestacão do pensamento, significa, mais do que a mutilacão, a destruicão do que se entende – e deve entender – por manifestacão do pensamento, direito fundamental da personalidade, direito absoluto, isto é, oponível *adversus omnes*, em que a sujeicão passiva é total, abrangendo todas as pessoas que não sejam dele os sujeitos ativos e que, a respeito destes têm aqueles, pelo menos, o dever de abstenção (cf. Pontes de Miranda, *Tratado de Direito Privado*, tomo V, p. 268, nº 2, Borsói, 1970; Vicente Ráo, *O Direito e a Vida dos Direitos*, v. 2º, p. 306, E; Caio Mário da Silva Pereira, *Inst. de Direito Civil*, v. I, pp. 142-143, Forense, 1966; Maria Helena Diniz, *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, p. 458, Saraiva, 1986; Orlando Gomes, *Introdução ao Direito Civil*, pp. 172/179, Forense, 1977; J. Flósculo de Almeida, *Introdução ao Direito*, Sugestões Literárias, 1981, p. 151, nº 118, a; Arnold Wald, *Curso de Direito Civil*, Sugestões Literárias, ed. 1969, p. 160; Roberto de Ruggero, *Inst. De Direito Civil*, v. I, pp 215. e 216, § 22; Miguel Reale, *Lições Preliminares de Direito*, Saraiva, 1979, pp. 217 e 218; Paulo Dourado de Gusmão, *Introdução ao Estudo do Direito*, Forense, 1984, p. 309; Cunha Gonçalves, *Tratado de Direito Civil*, Max Limonad, 1955, tomo I, p. 314, nº 44; G. Chiovenda, *Instituzioni di Diritto Processuale Civile*, Casa Editrice Dott Eugene Jovene, Napoli, 1947, v. I, p. 9).



O réu, e não haverá dúvida a respeito, é, certamente, um dos indivíduos que compõem a sociedade. Como tal é, também, sujeito passivo das relações jurídicas de direito absoluto e a pretensão do A., como nos direitos reais, que são igualmente direitos absolutos, dirige-se, como os direitos de que emana, contra todos (cf. Pontes de Miranda, *Tratado de Direito Privado*, tomo VI, p. 455, nº 3).

Todavia – e não se apercebeu disso o Acórdão – embora a pretensão seja *erga omnes*, daí não se segue que a ação também o seja. Ou, por outras palavras, dessa pretensão contra todos não nasce, por si só, a ação. O surgimento desta dá-se com a turbação, com a negação, com a violação ou com a ameaça, ou seja, *da infração, da não-satisfação da exigência geral de abstenção, é que nasce a ação*. (cf. Pontes de Miranda, ob. e v. supra citados, p. 461, nº 6) e que se aponta o sujeito passivo dela, nele se subjetivando o dever de abstenção e o determinando como parte passiva da ação nascida da infração que praticou. O direito e a pretensão são absolutos. A ação, esta, é relativa e dirige-se contra uma certa e determinada pessoa, aquele que, de algum modo, haja infringido seu dever de abster-se. A propósito, Orlando Gomes, sem embargo de seu realismo doutrinário, através de uma concepção diferente, chega, entretanto, à mesma conclusão prática. Segundo o ilustre autor, falta aos poderes de defesa da própria esfera jurídica a pretensão (parecendo que aí inclui os direitos da personalidade) *que, no entanto, pode surgir, se a esfera jurídica do autor for turbada por alguém, quando, então, se forma uma relação jurídica de que se origina o direito subjetivo consistente em exigir alguma coisa de quem praticou a turbação* (cf. ob. cit., p. 124).

Seja, porém, como for, o certo é que a relação jurídica é de direito absoluto e se subjetiva, como que se localiza, na pessoa ou pessoas que, *não havendo cumprido mencionado dever de abstenção, tornam-se sujeitos passivos singulares da relação jurídica posta em condições de defesa por parte do titular do poder* (Vicente Ráo, ob. cit., pp. 307-308 M). No mesmo sentido, referindo-se especialmente aos direitos reais, que são, igualmente, absolutos, Miguel Reale (ob. cit. p. 217 c/c p. 263).

Não há, pois, como desconhecer a relação jurídica entre A. e réu. Já existia antes da turbacão, por ser de direito absoluto. Com a turbacão, nasceu a açao contra o turbador, contra aquele que, com sua conduta, colocou a relacão jurídica em estado de incerteza e de dúvida, particularizando-se a relacão jurídica. Fez-se ele sujeito passivo determinado da relacão jurídica e, pois, réu da açao nascida da pretensao relativa à relacão jurídica posta em estado de incerteza.

Todavia, pelo que se pode depreender, para o Acórdão, as relacões de direito absoluto não são declaráveis, restrita a açao declaratória às *relacões de cunho contratual*, a qual o A., que alega a existência de uma relacão jurídica de direito absoluto, evidentemente não tem e que sequer foi por ele sugerida. Não se percebe bem a razão da alusão, no Acórdão, à *relacão de cunho contratual*. Ou foi descabida ou, então, fez-se por se considerar que só uma tal relacão seria declarável. Na primeira hipótese, não há o que se comentar. Na segunda, que se admite para examinar, o equívoco enfeia o Acórdão e contraria o *consensus omnium*, seja da doutrina, seja da jurisprudência dominante, e a própria lei, a qual se refere, sem qualquer qualificativo ou restrição, à *relacão jurídica*. Assim, são declaráveis quaisquer relacões jurídicas, sejam de direito público ou privado, as quais abrangem todas as relacões jurídicas existentes, já que *tercium non datur*. São, portanto, declaráveis, não só as relacões jurídicas de direito relativo, mas também as de direito absoluto (cf. Arruda Alvim, *Manual de Direito Processual Civil*, RT, 1979. v. I p. 229, nº 143; Alfredo Buzaid, *Açao Declaratória no Direito Brasileiro*, Saraiva, 1986, p. 153; T. Liebman, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, Milano, 1930, v. I, p. 159; Leo Rosenberg, *Tratado de Derecho Procesal Civil*, Ediciones Europa-América, 1955, tomo II, pp. 14 e 16, b). Como preleciona Pontes de Miranda: *Há açao declarativa para declarar-se, positiva ou negativamente, a existência da relacão jurídica, quer de direito privado, quer de direito público, quer de direito de propriedade, quer de direito da personalidade, quer de direito de família, das coisas, das obrigações ou das sucessões, civis ou comerciais* (Tratado das Açoes, RT, 1971, p. 35, idem, p. 36).

Em resumo, não se pode dizer que o Acórdão decidiu com acerto: A relação jurídica da livre manifestação do pensamento tinha e tem no seu pólo passivo o réu e no outro o A., e, como toda relação jurídica, era declarável.

Desacertado nesses argumentos, equivocou-se novamente o Acórdão ao usá-los, fora do tempo oportuno e do *thema decidendum* (ilegitimidade de parte e carência do interesse de agir), invadindo o mérito, ao negar a *existência* da relação jurídica entre réu e autor, a que não é de *cunho contratual*.

## 2º ARGUMENTO

Se o apelante está imputando ao apelado atitude que constitui violação do direito da personalidade, está, em realidade, atribuindo-lhe a prática de um ato ilícito, o que não constitui relação declarável.

## COMENTÁRIO

Na ação, não foi pedida a declaração de uma relação jurídica de ilicitude. A relação posta em juízo, segundo decorre da ação proposta, foi a da livre manifestação do pensamento e o que o Acórdão denominou *ato ilícito* foi apenas o fato que acarretou a incerteza da relação jurídica. A aceitar-se o argumento do Acórdão, sempre que negada ou contestada a existência da relação jurídica e daí adviesse a incerteza sobre sua existência e a dos direitos e deveres dela decorrentes, deixaria de ter cabimento a ação declaratória, isto é, em quase todos os casos em que ela seria necessária. A contestação por alguém, seja ou não descumprindo o dever genérico ou específico de abstenção, é apenas, quando se pede a declaração, um *fato turbativo* e que serve para determinar o sujeito passivo da ação declaratória (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 260, nº 161).

Em verdade, não foi pedida a declaração de qualquer relação de ilicitude, embora do ato ilícito possam decorrer relações jurídicas declaráveis, mas da existência da relação jurídica da livre

manifestação do pensamento. De outra parte, não se exclui a hipótese de que a ação declaratória seja proposta depois da violação do direito (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 248, nº 155). Ora, onde há violação do direito, há ato ilícito absoluto ou relativo, sem que isso impeça a declaração da relação jurídica violada e que se quer ver declarada. Em tais casos, *abstrai-se de ter havido, ou não ter havido, a violação do direito, da pretensão ou da ação, ou da exceção, razão por que, na ação declarativa típica, o elemento condenatório é mínimo*, ou ainda: *não importa se a relação jurídica foi violada ou se vai ser violada. De modo nenhum se há de entender que ao titular da ação condenatória se retire a pretensão à ação declarativa* (cf. Pontes de Miranda, *Tratado das Ações*, tomo II, RT, 1971, p. 6).

Não há de se confundir incerteza provocada pela ilicitude com a própria ilicitude. Na ação declaratória, a possível ilicitude do ato não está em questão, mas a incerteza jurídica por ele ocasionada e à qual confere a necessária objetividade e concreção.

Hoje, desnecessário seria recorrer à doutrina para se chegar a tais conclusões. Elas decorrem direta e claramente da lei. Com efeito, dispõe o parágrafo único, do art. 4º, do Cód. Proc. Civil: *É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito*.

O Acórdão mostra-se infenso à ação declaratória e vacilante no apreço ao direito absoluto de livre manifestação do pensamento e essa inclinação levou-o, novamente, a desbordar da matéria impugnada. Se a ação não tinha por objeto a declaração da existência da relação jurídica da livre manifestação do pensamento, mas a não declarável relação de ilicitude, de mérito estar-se-ia tratando, já que a primeira *não existiria*.

### 3º ARGUMENTO

Descartada a admissibilidade da ação declaratória, sugere o Acórdão duas alternativas: Uma, a imposição do dever de abstenção, *quicá sob preceito cominatório*; a segunda, ação de reparação de dano sofrido.

## COMENTÁRIO

Todas ações, sejam condenatórias, constitutivas ou declaratórias, são, todas elas, também declaratórias (daí porque certos autores denominarem aquelas últimas, meramente declaratórias ou de mero acerto), havendo quem as denomine, segundo sua força preponderante, ações de certeza, ações de certeza constitutivas e ações de mera certeza (cf. Carnelutti, *Intituciones de Proceso Civil*, v. I, p. 68, ed. já citada). em que, nas primeiras, a declaração tende à condenação, nas segundas, à constituição, e nas terceiras, à simples declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica.

*Toda ação, escreveu Cammeo, é sempre preliminarmente declaratória, embora tenda a obter uma sentença de prestação ou constitutiva, pois a condenação ou a constituição de novo efeito jurídico são sempre a consequência de uma prévia verificação da existência ou inexistência de uma precedente relação jurídica ou direito (apud Alfredo Buzaid, ob. cit. pp. 139/140). No mesmo sentido, J Goldschmidt, in Teoria General del Proceso, nº 14, p. 36, citado por Arruda Alvim (cf. Código Processo Civil Comentado, RT, 1975, v. I, p. 256).*

Ora, se existe interesse de agir para qualquer uma das ações sugeridas pelo Acórdão, ou seja, na declaração de uma relação jurídica de que decorre uma prestação negativa ou positiva, não parece curial que se negue aquele mesmo interesse na ação declaratória daquela existência, desde que a declaração, obtida através da ação, se apresente como de interesse, seja econômico, moral ou de outra natureza, v.g., a necessidade ou conveniência em que se apresente a algumas autoridades, ou a terceiro, ou ao público, a declaração (cf. Pontes de Miranda, *Tratado das Ações*, v. cit., p. 57, nº 1) ou, simplesmente, *para orientar sua conduta futura* (cf. Leo Rosenberg, *Tratado de Derecho Procesal Civil*, E.J.E., 1955, tomo II, p. 15, a) ou, ainda, para outros fins (cf. Chiovenda, *Instituciones de Diritto Processual Civile*, Casa Dott, Napoli, 1945, v. I, p. 194).

A propósito, preleciona Pontes de Miranda: *Quem tem interesse preponderante na constituição, ou na condenação, tem-no, no plano abaixo, na declaração* (cf. *Tratado das Ações*, tomo cit. p. 93, nº 3). Ainda mais incisivamente professa o magistral e bem pouco compreendido e estudado autor: *tem ação declaratória típica qualquer titular da ação constitutiva, condenatória, mandamental, ou executiva, uma vez que a eficácia declaratória seja mediata ou imediata* (obra, tomo cit., p. 90, nº 1), ou seja, apta a formação da coisa julgada.

Na ação declaratória em questão, a própria conduta do demandado, que levou a empresa jornalística, ante a incerteza criada a respeito da relação jurídica, a não publicar o artigo que, segundo declarou em carta ao A., e por este referida e juntada aos autos, não teria dúvida em publicar se não existisse aquela incerteza, revela, por si só, o interesse do autor para desfazer a dúvida gerada pela contestação provinda daquela conduta. Mais: houve, além da contestação, ameaça por parte do demandado, de sanções penais e administrativas e a declaração, por sentença, da existência da relação jurídica de livre manifestação do pensamento era, mais do que conveniente, necessária para evitar a concretização delas com a apresentação da sentença declaratória às autoridades da persecução penal e às administrativas ou, quem sabe, para dissuadir e inibir o demandado de reincidir, já sujeito à coisa julgada, relativamente a outras ou às demais empresas jornalísticas, evitando, assim, *danos prováveis* (cf. Pontes de Miranda, *Tratado das Ações*, v. cit. p. 83, 3º período), daí decorrentes.

Não será sem propósito lembrar a lição de Chiovenda – *a declaração da vontade da lei é, por si mesma, um bem, pois que da certeza decorrem imediatamente vantagens... omissis... Se se afirma a existência duma vontade da lei que nos garante um bem, à utilidade garantida pela lei, acresce a segurança de sua expectativa e a possibilidade de dispormos dela no comércio jurídico* (cf. *Instituição de Direito Processual Civil*, Saraiva, 1969, v. 1, p. 210). Alcançar aquele bem é um dos possíveis interesses e tal bem só poderá ser obtido através da atuação do poder judiciário e, no caso, da ação declaratória, cuja finalidade é

precisamente essa, o acertamento da relação jurídica, o qual só pode ser conseguido por meio do processo judicial, impondo-se pela autoridade da coisa julgada que só a sentença pode produzir (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 7), tal como se daria na ação condenatória (que não foi proposta) sugerida pelo acórdão aqui comentado.

Essa sugestão do acórdão, vê-se, em bom direito, ao contrário do que se concluiu, deveria levar, por coerência, ao provimento da apelação pelo recolhimento do interesse de agir, o qual não se distingue, essencialmente, do interesse de agir que se exige para as ações sugeridas.

#### **4º ARGUMENTO**

No âmbito meramente declaratório, não há efetivamente interesse na propositura. É que tal interesse só existe quando a declaração judicial constitui o meio necessário para se evitar o dano.

#### **COMENTÁRIO**

Ante o contexto do acórdão, em que se negou a existência do interesse de agir *no âmbito declaratório* e, ao mesmo tempo, sugeriu-se a propositura das ações condenatória, cominatória ou reparatória, a conclusão que se há de tirar é a de que, para o acórdão, só caberia ação declaratória enquanto não ocorrido o dano, para cujo evitamento aquela ação seria o meio necessário. Ocorrido o dano, apenas caberia uma daquelas ações indicadas, o que não é exato, como se procurou evidenciar nos comentários ao 3º Argumento do Acórdão em questão, a que se faz remissão.

De outra parte e como adminículo ao ali já exposto, o argumento não encontra apoio nem mesmo em Chiovenda (ob. e v. cit. pp. 200-201) de onde foi tirado.

É certo que o ilustre autor, numa fórmula que ele diz compreensiva de todos os possíveis casos, afirma: *si può dire*

*soltanto che l'interesse ad agire é dato da una situazione di fatto tale che l'autore senza l'accertamento giudiziale della vontade concreta dela legge soffrirebbe un danno ingiusto de modo che la dichiarazione giúdziale si presenta come il mezzo necessario per evitare questo danno.* (Instituições de Direito Processual Civil, v. cit. pp. 200-201).

Ocorre, todavia, que o dano a que se refere Chiovenda é exatamente a perda do bem que se obteria pela certeza, *da qual decorrem imediatamente vantagens e a garantia de um bem, à qual se acresce a segurança de sua expectativa e a possibilidade de dispor dela no comércio jurídico* (ob. e v. cit., pp. 210; 186 e 195, *in fine*). Nesse mesmo sentido, ensina Arruda Alvim, sintetizando: *Na ação declaratória positiva a relação jurídica sobre a qual paira incerteza objetiva e sobre a qual se pretende certeza jurídica, coloca-se como causa eficiente do agir. Isto é, a ausência da certeza jurídica e o direito à sua obtenção é a causa eficiente do direito de agir (interesse de agir) (cf. Código Civil Comentado, ed. cit. p. 352).* Sintetizando ainda mais, preleciona o ilustre mestre: *A incerteza jurídica é, em si mesma, um malefício que pode ser evitado pelo processo.* (ob. e v. cit., p. 270).

No direito processual, especificamente no direito processual brasileiro, *meio necessário corresponde a necessidade da tutela jurisdicional, isto é, ao fato de se não poder obter o resultado jurídico pretendido sem a atuação jurisdicional e a decisão sobre a falta de necessidade da tutela jurídica supõe que o demandante possa alcançar a finalidade sem pedido à justiça ou que a justiça nada possa fazer* (cf. Pontes de Miranda, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 1974, tomo I, p. 157). Daí porque, em termos gerais e em que se compreende o *meio necessário* referido pelo acórdão, *o interesse processual é aquele que se expressa pela indispensabilidade do uso do processo para o autor, sob pena de, não o fazendo, ficar o autor sem meios para fazer valer sua pretensão* (cf. Arruda Alvim, ob. e v. cit., p. 316).

No caso que se comenta, de que outro modo poderia o A. restabelecer ou estabelecer a certeza da relação jurídica abalada pela conduta do réu, senão através da atuação do poder judiciário, isto é, da ação declaratória positiva, cuja finalidade é precisamente



essa, o acerto da relação jurídica, o qual só pode ser conseguido por meio do processo judicial, impondo-se pela autoridade da coisa julgada e, deste modo, afastando o dano que adviria da permanência da dúvida sobre a relação jurídica?

No caso, a ação declaratória era e é o meio necessário, já que sua finalidade é alcançar uma certeza jurídica, que só pode ser alcançada através do processo judicial e em *que nem o reconhecimento da parte contrária lhe equivale, ou lhe empresta a mesma força que decorre da autoridade da coisa julgada* (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 7), tal como iria obter na ação condenatória (que não foi proposta) sugerida pelo acórdão como se só nesta pudesse haver o interesse processual e só nesta pudesse haver o enunciado existencial da relação jurídica, quando é certo que pode o interessado escolher entre a ação declaratória e a condenatória, uma não excluindo a outra naquela opção (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 248, nº 155; Arruda Alvim, *Manual de Direito Processual Civil*, RT, 1979, p. 227, nº 141; Idem, *Código de Processo Civil Comentado*, RT, 1975, v. I, p. 324, último período). Nem mesmo os tribunais podem constrangê-lo a *demandar o maior se se contenta com o menor; ou, em outras palavras, ele não pode ser obrigado a pleitear em juízo o que não quer* (Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 8 nota 17). Acrescenta-se: nem mesmo indiretamente, isto é, afirmando-se a ausência de interesse de agir para a declaratória e remetendo-se o autor daquela às ações condenatórias.

Repita-se, para acentuar, que: o *dano a ser evitado pela ação declaratória*, meio necessário, entre possíveis outros, *decorre da própria incerteza jurídica e tanto può derivare sia d'alla mancanza d'una prestazione, come dall' incerteza del diritto* (cf. Chiovenda, ob. e v. cit. pp. 195, *in fine* e 196), completando o celebrado autor que, além disso, tal se dá também porque o direito não tem uma importância restrita ao seu sujeito ativo ou passivo: *la esistenza o inesistenza de ogni rapporto giuridico há importanza nella società* (ob. v. e pp. cit.).

Entretanto, se o acórdão, embora sem explicitar, pretendeu dar ao dano sentido e significado diferentes e, por assim dizer, *específico, ou material, terá concebido a ação declaratória como*

*ação preventiva, concepção que, se já provocou grandes divergências entre os doutos, hoje, com a redação do parágrafo único do art. 4º, que alterou o § 2º do anterior Código de Processo Civil, seria contra lei expressa, exigir-se que o dano a ser evitado e, pois, ainda não acontecido, seja aquele que decorreria da violação do direito.* A respeito, já não mais existem divergências (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 280, nº 154). Já antes, Pontes de Miranda ensinava: *não há qualquer preventividade ou cautelariedade na ação declaratória. Nem merecem atenção os que escreveram sem pensar* (cf. *Tratado das Ações*, v. cit., p. 32).

Vê-se, do exposto, que a ação como proposta constituía *o meio necessário para se evitar o dano*, presente, assim, o interesse processual de que o A. foi julgado carecedor e presente também o interesse na própria declaração, como apontou-se nos comentários ao terceiro argumento do acórdão: dela precisava o A. para, pela autoridade da coisa julgada, conter o demandado e impedir futuros e possíveis comportamentos danosos ao direito do A. junto às autoridades, ao próprio jornal e às demais empresas jornalísticas de que o autor sempre foi colaborador não remunerado.

O réu, opondo-se à continuação desse tipo de colaboração do A. e buscando, deste modo, fechar-lhe as portas do jornal, não só envolveu em dúvida a existência da relação jurídica de direito absoluto que os entrelaçava e que a ele impunha o dever de não a perturbar, como causou, ao infringir seu dever de abstenção, evidente dano ao direito do A., o qual, em função daquela dúvida, teve seu artigo devolvido pela empresa jornalística que, ao contrário de lhe negar aquele direito, asseverou, *in verbis*: *Lamentamos o ocorrido e solicitamos escusas a V. Sª. pela não divulgação de seu artigo, cujo texto – repetimos – seria de grande valia para os leitores. Removida a causa do obstáculo não teríamos dúvidas em acolher suas colaborações.* A carta, cujo trecho foi reproduzido, consta dos autos, juntada pelo A.

Em tais circunstâncias, mais do que apenas existente, o interesse de agir era veementemente existente.

A respeito, poder-se-ia chamar, ainda, à colação o magistério de Agrícola Barbi, mais exigente do que outros, a quem não

bastaria, na ação declaratória, a necessidade da tutela jurisdicional, impondo-se *conceitos mais amplos, que auxiliem a solução dos casos: a) uma incerteza objetiva, séria e atual; a ocorrência de um dano para o autor, econômico ou moral a ser examinado em função da personalidade do autor, sua posição no meio ambiente, sua profissão, etc.* (Cf. Celso Agrícola Barbi, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 1975, v. I, p. 73, nº 48).

Na espécie, tratava-se, como consta da inicial da ação, de ação proposta por um juiz e professor de direito aposentado e o tema do artigo sobre assunto de sua qualificação profissional.

Não andou bem o acórdão, cuja percepção a respeito da ação declaratória anda bastante distante da que dela têm a doutrina e a jurisprudência e, ainda, da que lhe atribui a própria lei.

## 5º ARGUMENTO

*Se o direito da personalidade do apelante é oponível erga omnes, não se concebe o motivo de a ação não ter sido ajuizada contra a empresa que se negou a publicar o artigo.* A resposta, segundo o Acórdão, seria simples: a recusa partiu da empresa no exercício regular de um direito seu, o de publicar o que lhe parecer de interesse de seus leitores, não estando obrigada a publicar colaboração de quem quer que seja.

## COMENTÁRIOS

O argumento do Acórdão começa com uma proposição condicional que, se desenvolvida, levaria a uma conclusão que, ao que se acredita, nem mesmo ele aceita. Realmente, diz o Acórdão *se o direito da personalidade é oponível erga omnes não se concebe porque a ação não foi dirigida contra a empresa e*, assim, se não o foi, o direito da personalidade não seria *erga omnes*. Embora lógica essa conclusão, certamente não foi ela querida pelo Acórdão. A respeito do direito absoluto da personalidade e de sua eficácia contra todos, somente dela

excluído o titular do direito, já se falou à saciedade, quando dos comentários ao segundo argumento do Acórdão, onde se mostrou que todos os que trataram do direito da personalidade, direito fundamental de aplicação imediata, segundo nossa Constituição (art. 5º e § 1º), o classificam, junto com os direitos reais, como direitos absolutos e, em consequência, oponíveis contra todos e qualquer um, dirigindo-se a ação (poder efetivo de exigir) contra quem o haja desatendido, seja por negá-lo ou, de alguma forma, turbando-o, conforme a lição dos mais doutos (cf. Pontes de Miranda, Orlando Gomes, Miguel Reale e Vicente Ráo), já referida nos comentários ao primeiro argumento do Acórdão que se comenta.

Todavia, o Acórdão, sem abordar, compreender ou adotar tal lição, diz não entender por que a ação não fora proposta contra a empresa jornalística, afirmando que dela partira a recusa, embora simples a resposta: a empresa jornalística apenas exercitara regularmente seu direito, não estando ela obrigada a aceitar colaborações que não a interessassem.

Realmente, a empresa jornalística *recusou* a publicação no exercício regular de direito seu. Ocorre, porém, que, em primeiro lugar, a recusa só existiu objetivamente e não subjetivamente: faltou-lhe a voluntariedade. Foi ela consequência da turbção da existência da relação jurídica de livre manifestação do pensamento, produzida pelo réu. Em segundo lugar, o exercício do direito só foi regular porque a *recusa* não teve por fundamento a negação do direito decorrente daquela relação, isto é, da livre expressão do pensamento.

Poderia, sim, a empresa recusar a colaboração, motivadamente ou não, seja porque não quer ou porque não lhe interessa a colaboração. Ainda estaria no exercício regular de um direito seu. O que não poderia fazer seria recusá-la por considerar que o colaborador não tenha o direito absoluto de livre manifestação do pensamento. Em tal hipótese, estaria colocando em dúvida a relação jurídica da livre manifestação do pensamento do colaborador e infringindo seu dever de abstenção. Nesse caso, o exercício do direito decorrente da propriedade da empresa jornalística já não seria regular e, contra ela, caberia a ação

declaratória para o acerto da relação jurídica conturbada. Como a empresa jornalística não contestou o direito do A. e, antes, o admitiu, exerceu legitimamente seu direito. Essa foi, pois, a razão pela qual a ação não foi dirigida contra ela, mas contra quem tivera a *ingerência* de que resultara a *recusa*, isto é, contra o réu. A ingerência figurou como causa e a recusa como efeito dessa causa.

De outra parte, parece que o Acórdão entendeu que o A. acredita que direito absoluto é direito ilimitado. Se assim entendeu, equivocou-se ou não leu com atenção o pedido do Autor constante da inicial da ação proposta. Lá está: *pede-se a Vossa Excelência que, por sentença, declare a existência da relação jurídica que, se existente, confere ao A. o direito de livremente expressar seu pensamento através de qualquer meio, processo ou veículo de expressão* em que seja aceito... *omissis*. Aí se reconhece que o direito da liberdade de manifestação do pensamento não é, como os demais, ilimitado e que pode ser restringido pelo exercício regular do direito que têm os proprietários dos veículos de divulgação, informação ou difusão de idéias, opiniões e sentimentos.

Com todo o acatamento que merecem seus autorizados prolores, o acórdão sangrou-se em saúde.

## 6º E ÚLTIMO ARGUMENTO

Não há *específica* relação jurídica que justifique a propositura da ação meramente declaratória. E, de resto, imposição do dever de abstenção sem a correlata sanção para o descumprimento torna a discussão meramente acadêmica.

Mesmo que procedente a ação, bastaria a empresa invocar outro motivo para a recusa.

## COMENTÁRIO

Não parece fácil entender o que o Acórdão pretendeu quando afirmou não existir *específica relação jurídica que justifique a propositura* da ação.

Específica relativamente ao gênero *relação jurídica*, ela evidentemente é, assim como o é relativamente às relações jurídicas dos direitos da personalidade: é uma relação jurídica da livre manifestação do pensamento.

Talvez, tenha-se pretendido dizer que a relação jurídica posta não era concreta, real, ou efetiva. Se tal tenha dito, não o disse bem. A relação jurídica posta nada tem de abstrata. Ao contrário, tratava-se de uma relação viva e ocorrente, com determinação de seu conteúdo e de seus sujeitos ativo e passivo. Nenhuma questão abstrata e nenhum princípio jurídico conceitual ou em tese fora proposto para julgamento, mas uma *específica* relação jurídica (a de livre manifestação do pensamento), efetiva, real e atual (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit., p. 176, nº 100), declarável como qualquer outra nas mesmas condições.

Talvez, ainda e entretanto, tenha o Acórdão, como já dissera antes, pretendido que a relação jurídica, para ser *específica* tenha que possuir *cunho contratual* (cf. primeiro argumento e seus comentários), afastadas todas as que não possuam aquele cunho, isto é, todas as que não derivam de um contrato, como as relações jurídicas de direito público, as cambiais, as cambiariformes e as dos direitos reais. Tais relações, por não terem o referido *cunho contratual* não poderiam figurar, como objeto declarável, das ações declaratórias. Seria essa uma opinião isolada e discordante do consenso geral, sem ser digna de ser seguida.

Todavia, a mais chocante afirmação do Acórdão terá sido a de que *imposição do dever de abstenção sem a correlata sanção para o descumprimento*, tornaria a discussão meramente acadêmica. A afirmação, com a devida vênia, aberraria de todos os princípios que informam as ações declaratórias. Realmente, *entende-se por ação declaratória, em sentido estrito, aquela figura geral por meio da qual o autor que a propôs, ou invoca,*

*objetiva exclusivamente uma certeza jurídica em face de um estado de incerteza, que lhe é prejudicial, tendo interesse em pedir que se declare existente um seu direito e inexistente o direito alheio, independentemente de efetiva realização, da condenação forçada* (Chiovenda, *apud*, Alfredo Buzaid, *ob. cit.*, pp. 4 e 5). Nela não se cogita da existência ou não de uma sanção, que seria objeto de uma eventual ação condenatória. No âmbito da ação declaratória, qualquer menção à sanção seria um despautério.

Na ação declaratória, visa-se somente a obtenção de uma certeza a respeito da existência ou não de uma relação jurídica. A sanção correlata ao descumprimento de um dever, essa, se houver, deve ser buscada em uma ação condenatória, a qual, no caso, poderia ser uma das, paradoxalmente, sugeridas pelo próprio Acórdão.

Para Pollak, citado por Alfredo Buzaid, *para propor ação declaratória, não se requer lesão alguma do direito, nem precisamente uma ameaça (jactância), porém um interesse jurídico à declaração imediata da relação jurídica, ou da falsidade ou autenticidade* (*ob. cit.*, p. 203), onde a expressão *declaração imediata* corre por conta das peculiaridades do direito austríaco, quando sob a influência do direito alemão, (art. 256) onde se fala em *alsbad*, ou seja, *desde logo, imediatamente*. Ora, onde não há lesão ou mesmo ameaça, mas apenas incerteza, não há que se falar em sanção. Para o nosso direito processual, que não repetiu o *alsbald* do direito alemão, basta o interesse jurídico à declaração, o qual se estabelece *desde que alguém afirma ou nega a relação jurídica que outrem tem interesse em afirmar ou negar, por que diz respeito a ele* (cf. Pontes de Miranda, *Tratado das Ações*, v. cit., p. 30). Na ação declaratória, proclama Arruda Alvim, *o autor colima; unicamente, a declaração do direito, isto é, da existência do direito, estabelecendo, assim, a certeza jurídica; na condenatória, além da obtenção da certeza jurídica, deseja também seja aplicada ao réu a sanção correspondente à lesão*. (cf. *ob. e v. cit.* pp. 324 e 325). De sanção só se fala e só interessa na ação condenatória, sendo totalmente inadequado fazê-lo na ação de mero acerto.

De outra parte, não foi pedida, na ação, a imposição do dever de abstenção, com ou sem a correlata sanção. O que se pediu, o que foi objeto da ação, foi a declaração da existência da relação jurídica da livre manifestação do pensamento de que deflui o direito de o fazer em qualquer meio de comunicação em que o A. fosse aceito. Tal era o objeto e o Acórdão estava sujeito ao princípio da adstrição ao pedido da parte. Pedido o accertamento, não poderia sequer falar-se na imposição de qualquer dever. Apenas, declarando-se o direito, declara-se, anteticamente, o dever de abstenção. Nada se impõe, apenas se declara. Ficam, entretanto, ambos, A. e réu, submetidos à autoridade da coisa julgada e isso, no âmbito da declaratória, basta e é tudo: *o interesse de agir decorre da incerteza objetiva. A declaração judicial é o meio idôneo para removê-la* (cf. Alfredo Buzaid, ob. cit. pp. 7/8 e nota 17). O que se quer, na ação declaratória, é, exclusivamente, obter um enunciado existencial: existe ou não existe a relação jurídica. Não importa, ou pouco importa, se existe ou não uma sanção a ser aplicada em outra ação. Tal questão está fora de apreciação na ação declaratória.

Por fim, diga-se, que na ação proposta não se pôs a questão de poder ou não a empresa jornalística aceitar ou recusar o artigo do A.. Se pode ou não ela praticar aquela recusa seria, quando muito, objeto de outra ação, em que se julgaria tal questão. Não, entretanto, na declaratória movida contra o réu e de que não foi, nem é parte a mencionada empresa. Se no julgamento daquela questão, na ação que tivesse sido proposta, resultasse a inutilidade dela para quem a tivesse proposto, então sim, poder-se-ia julgar o A. carecedor do interesse de agir. Não, porém, na que foi proposta: qualquer julgamento ou motivação nesse sentido viria fora de tempo e de lugar adequados, além de estar introduzindo na ação declaratória proposta contra o presidente do sindicato um terceiro – a empresa jornalística – contra a qual nada se opusera e que não participara da ação.

Fosse, entretanto, processual e juridicamente possível pôr-se aquela questão na ação declaratória, a solução dada pelo Acórdão, não obstante a ele não submetida, foi simplista e despreocupada. Com efeito, poder-se-ia, em tese ao menos, estar ante uma colisão



de direitos fundamentais: o de propriedade da empresa e o de livre expressão do pensamento (cf. J.J. Canotilho, *Direito Constitucional*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 495 e ss.), em que a solução não é tão rápida e superficial.

O fato, porém, não tem relevância maior. A questão fora afastada pelo próprio A., no pedido, onde o A. fez referência aos meios de comunicação em que fosse aceito. Em síntese, a declaratória visava à declaração da existência da livre manifestação do pensamento do A., nos jornais em que fosse aceito. Esse era o alcance e a extensão do pedido, tornando, pois, descabida, fora do tempo e lugar, sem sentido as lucubrações do Acórdão a respeito.

O interesse processual, realizada que fosse a previsão do Acórdão a respeito da conduta da empresa jornalística, continuaria o mesmo que sempre foi: existente, atual e necessário.

Por tudo o que se vem expondo, há de se concluir que, lamentavelmente, a liberdade de manifestação de pensamento, direito da personalidade e, como proclama o próprio Acórdão, *merecedor da tutela que se alça ao plano constitucional*, está mal tutelado e que a tutela, enfaticamente referida pelo Acórdão, não passa de um continente sem conteúdo, corpo sem alma, justificando as frases finais da apelação do A:

*A v. sentença, em última análise, leva ao aviltamento do direito fundamental da livre expressão do pensamento, que sequer poderia ser declarado, não lhe restando senão ver-se ameaçado, negado ou violado, sem socorro, sem proteção, sem remédio, sem justiça, pura figura de ficção ou mera e inútil retórica constitucional.*

**Obs.:** Impõe-se que se diga que o A. da ação é, embora constrangidamente, o autor dos presentes comentários. Uma certa indignação intelectual venceu o constrangimento, levando-o a não aceitar o *fuge, date et tace*.